

O destino de Portugal

Espírito de ferro e de rochedo, Prometeu! Assim lhe exclamavam as Oceânidas, ao verem a força de alma que êle conservava, agrilhado na penedia nua. Possa a história dizer o mesmo de Portugal, titan recente e criador, que, depois de revelar as novas terras e os novos ceus aos viventes, foi encadeado pelos erros lamentáveis de seus filhos! Alguns portugueses ilustres veem tendo as idéas e sentimentos profundos de que resulta o sábio e justo esforço para se renascer. Apenas é mister que êles sejam muitos. Uma pátria moderna, com tradições grandes, sómente morre quando quere.

A civilização anterior a Cristo exigia que um só Estado tivesse o domínio geral. Os impérios, se caíam, era para sempre. Sumiam-se como as altas montanhas que se afundam pelos cataclismos geológicos. Nem o Egipto, nem a Assíria, nem a Babilónia, nem a Pérsia, nem Cartago, nem a Fenícia, nem a Grécia conseguiram levantar-se e rebrilhar, depois de terem perdido o apumo e o esplendor. O mesmo sucederia também a Roma, no seu próprio gênio político, jurídico e social, se a Europa continuasse pagá. Algum povo, decerto o germano, lhe faria de vez o que haviam feito as armas guiadas por Ciro, Cambises, Alexandre e Scipião. A lei era conquistar, vencer, e destruir ou avassalar. Assim tinha de ser com o espírito de tirania e de escravidão, que negava a igualdade, a fraternidade, a piedade, e portanto a justiça.

O mundo teve depois outra forma, com a idéa crescente da comunidade de origem, de natureza e de fim dos homens. Ia oferecer o espectáculo das noites estreladas, em que não há um astro apenas com o poder da luz. Submetida Roma à lei do Evangelho, os Bárbaros só destruíram a sua unidade política. Ela reproduz-se, de certo modo, pelas nações modernas, que trariam o concêrto europeu e depois universal. Carlos Magno, Luís XIV, Napoleão, os Guilhermes já não poderiam fazer o sol de um govêrno exclusivo. O maior Estado, como a França, como a Inglaterra, como a Alemanha, como a Áustria-Hungria, como a Rússia, como a República Norte-Americana, teria de subsistir com outros de grande ou pequeno porte. Os mais reduzidos, como a Suíça, a Bélgica, a Holanda, escapariam no meio deles, às vezes melhor do que os mais extensos.

Ao mesmo tempo veio outra bela condição, que por si glorifica esta segunda época do género humano. Os povos, ao contrário dos antigos, podem decair e depois reerguer-se. Uma virtude que vem da nova civilização os faz reagir algum dia contra a illusória fatalidade. Nada aí mais relativo e mais restrito do que a lei fisiológica de que todo o ser vivo nasce, cresce, declina e morre. A Holanda perde o império das Índias; mas volta a ser um preclaro tipo de potência mediana. A Itália vem a ser uma de primeira grandeza, deixando os crepúsculos onde mergulhara com os últimos clareões de Veneza, de Génova, de Florença e de Milão. A Polónia reaparece depois de a julgarem na eterna sepultura. A Espanha segue para uma sólida força e alto progresso na Europa, quando se apagam os derradeiros lampejos da influência conquistada pela casa de Austria nos dois hemisférios. Portugal, diminuído nas suas possessões, cheio de infortúnios,

chegado à maior das suas crises, está num ponto ainda seguro, donde se descobre um novo poder, que o seu esforço póde atingir. E' a terceira vez que há na história, por cima de perigos extremos, um objectivo nobre e certo para a inteligência, o coração e a vontade dos árias ocidentais da Península.

A primeira foi no século XII, quando viviam para batalhar e batalhavam para viver. Sem êles o imperialismo de Leão e Castela, ajudado pelo feudalismo da França, não poderia varrer para além do Estreito os Berberes e Arabes. Eles próprios, apoiados no Atlântico, no estuário do Tejo, nas armadas que do Norte velejavam para o Mediterrâneo, teriam aqui um destino privativo. Do Mondego para baixo, levariam diante de si os Mouros até encontrarem no extremo outra vez o mar. Agüentar-se-hiam nesta corrida com a outra monarquia neo-goda, que lhe ficava no flanco da esquerda; porque ela tinha de medir-se com a maior parte do Crescente na Espanha. Uma noção clara das realidades, uma aceitação obediente do ideal que elas impunham, um ardor de fé e de guerra, um trabalho unido e consecutivo de todas as horas os conduziram ao fim marcado no estreito espaço. Para consolidar a obra fôram com o vizinho desbaratar o inimigo comum em Navas de Tolosa e no Salado. Em duas centúrias e meia de anos fizeram cidades, vilas, uma agricultura, uma elementar indústria, um importante comércio, uma notável marinha, uma sementeira de escolas, um corpo de leis, uma engrenagem social. Era para isso que tinham pelejado, ao cortarem os laços que os prendiam a Leão e Castela, e ao largarem de espada na mão para o sul, com perfeita compreensão do tempo, da natureza e da história. Cumpriram gloriosamente a sua missão na terra.

A segunda vez foi ao extinguir-se a dinastia afonsina. Portugal parecia também morrer, mas diante dêle estava o horizonte da maior vida. O ádito do Tejo, por onde nos atacára o inimigo, e por onde fôramos em busca dêle ao Ebro e ao Guadalquivir e comunicávamos com Veneza, Génova, a Inglaterra e a Normandia, dava indicações claras. Assinalava já que Lisboa tinha de ser metrópole marítima, base de uma defesa nacional, de alianças e reforços militares, de expansões inevitáveis. Para além da fronteira terrestre a força de Castela era mais aparente do que real. Restava-lhe ainda Granada como possível embaraço. Não podia contar absolutamente com o Aragão e a Navarra, aliados eventuais de Portugal. A rivalidade entre a França e a Inglaterra, que por longo tempo encheria de guerras a Europa, tinha já, como sempre teve até o século XIX, um campo de acção derivada na Península. A França era levada para Castela e a Inglaterra para Portugal. O povo que fizera e possuía êste podia disputar, perante Castela, a sua independência. Podia constituir uma pátria definitiva e engrandecer-se de qualquer modo para o lado do mar. Bastava acordá-lo, mostrar-lhe o caminho e fazê-lo andar com decisão.

Alvaro Pais e Nun'Alvares, o mais velho e o mais joven de todos, viram disso o que era suficiente ver. Deram o impulso de que nasceu a epopeia do Paço, do Rossio, do Cêrco, dos Atoleiros, de Aljubarrota e de Valverde. D. João I

acha-se por último vitorioso com súbditos que tinham sido heróis e outros que os desejavam imitar. Teve receio de que lhe fizessem desordens em casa, ou lhe perturbassem a paz com o reino de Castela. Deliberadamente os dirigiu, também como derivativo, para Ceuta, bem estudada e preparada antes a empresa. O destino português ficava ainda mais visível. Pouco valeriam contra êle as objecções da prudência do Infante D. Pedro, alto precursor do velho do Restêlo. As necessidades, as condições, as tendências que vinham de trás, as energias quentes da nação, o respeito da barreira fechada a leste, os campos abertos do Oceano estabelecem o Infante D. Henrique em Sagres, para traçar a história futura de Portugal, e com ela a da humanidade. Génio da raça, debruçado sobre os mapas junto das ondas azues, pôs a náutica, a geografia e a astronomia em progresso e ao serviço da alma de um povo que, não querendo fundir-se com o de Castela, tinha de levar o excesso do seu heroísmo e da sua fé para o mar. O amor da grei e da sua terra, com tudo o que nele se contém, a religião e a ciência, juntaram-se para uma acção que, por ser assim completa, saiu forte e eficaz. A epopeia que, movida pelo Infante e por D. João I, principia em Zarco e tem as suas maiores elevações com Bartolomeu Dias, Gama, Cabral, Pacheco, Almeida, Albuquerque e Magalhães, tendo ao lado como filha a de Colombo, Pizarro e Cortez, é uma obediência livre e consciente, disciplinada e sábia, crente e patriótica de ilustres gerações à lei da sua viagem própria no mundo moderno.

Na decadência, que principia no próprio século xvi, fizemos metade da criação que até hoje teve de nós a humanidade. Fizemos o Brasil, uma obra que nem a França no ciclo da sua hegemonia ponde igualar. Serão os nossos melhores elementos de raça os que seguem a via do mar e das terras distantes? Com êles ia e vai o espírito da fé, da investigação e do trabalho enérgico e sucessivo. Construíram assim os alicerces e as paredes do Estado que será um dia um dos maiores do mundo. Os que ficaram por cá tiveram decerto, os seus momentos de heroísmo. Honrar am-se no Montijo nas Linhas de Elvas, no Ameixial, em Montes Claros, na Roça, no Vimeiro e no Buçaco. Tiveram o mérito de readquirir a independência, depois de um cativo e de a prolongar no meio dos turbilhões da moderna história da Europa. Mas não souberam distinguir-se até nós pela união, pela ordem, pela actividade, pelo progresso e pela riqueza. O ouro dos que iam para a outra margem do Atlântico foi-lhes preciso para manterem a sua vida inferior à da mediania.

Emancipado o Brasil, parecia à mente mais profunda como a de Palmela, que Portugal estava condenado a reunir-se depois com a Espanha. Assim aconteceria se não tivesse ainda os territórios do continente negro, que então se julgava apenas bom para caça de escravos e pouco mais. Sem colónias sem uma boa agricultura, uma regular indústria, um forte comércio e uma adequada marinha, Portugal não tem consistência económica e social para viver separado da Espanha. A aliança inglesa também nada teria já que fazer aí. Cedo ou tarde seria inevitável a fusão.

Na segunda metade do século xix passou a África a ter um alto lugar nos planos da Europa. A conferência de Berlim, e as convenções ou tratados com a Associação Internacional do Congo, o Estado Independente, a França, a Alemanha e a Inglaterra privaram-nos da maior parte do nosso domínio. Levaram-nos o Congo, o resto do Zanguebar, o Ovampo, a Guiné. Rasgaram-nos o *mapa côr de rosa*, tirando-nos a Mashónia, o Zambeze médio, o Niassa e o Chire pelo centro.

Mas ficavam-nos ainda as ilhas e dois milhões de quiló-

metros quadrados do continente. Nessa vasta África de além do Equador, onde tinham continuado os sulcos dos nossos pombeiros e sertanejos, recomeçara também para nós a empresa da expansão ultramarina. Capelo, Ivens, Serpa Pinto, com outros de viagens mais limitadas, mostravam que Portugal, o mais antigo devassador dos rios e selvas distantes, acompanhava os mais notáveis que do estrangeiro lá os iam estudar de novo. As nossas missões militares, científicas, religiosas voltavam a ter acção em Angola e Moçambique. Para submeter as últimas resistências indígenas, tínhamos por lá uma sucessão de novos heróis, dominados na história pela figura épica de Mousinho de Albuquerque. A nossa administração alargava-se. No sul de Angola principiava a colonização branca. Nas águas atlânticas, S. Tomé sobressaía como tipo célebre de fazenda, que afirmava por si uma raça inovadora. Formava-se uma corrente de relações progressivas entre a metrópole e a África portuguesa. As nossas colónias, contra as quais seguia a intriga de partilhas à vista ou a praso, davam-nos um lugar entre os países civilizados, estando já desviada a contingência ibérica, apesar dos riscos dos nossos domínios.

Por causa delas, e portanto da nossa independência, entramos na grande guerra. Ao sairmos desta no grupo vitorioso, achámo-nos arruinados, desunidos, entregues a uma trágica desordem pública e privada. Afundada já metade da nossa riqueza, tendemos a dar a mesma sorte ao resto. Vai caindo sempre a nossa moral, o nosso trabalho, a nossa produção, o nosso valor demográfico. Torna-se cada vez mais grave o próprio acto da cura nacional, que se adia, que se não deseja, que, se for experimentado, não sabemos por quem, nem quando, nem como, será contrariado, ou talvez impedido, à porfia de paixões e de crimes.

O lance mais crítico da nossa história está aí agora. Aí de nós se não tivéssemos nada mais do que êstes 89.000 quilómetros quadrados de território peninsular, onde a propriedade é de alguns e tudo está assim! O que se podia esperar então neste anfiteatro de instintos lamentáveis, onde, ressalvadas as excepções, os lavradores lavram pouco e mal, os fabricantes exploram como parasitas, os comerciantes especulam como usurários, os obreiros não trabalham como é preciso? As mocidades que, infelizmente, não tendo em geral um sistema de idéas nacionalistas e humanas em regime da sua seiva utilizável, se apossaram das escolas, da imprensa, do parlamento, do governo, da administração, do exército, levar-nos hiam ao fundo nestes despenhadeiros. Não haveria já ponto fixo para a concentração patriótica. O penúltimo acto da tragédia seria a anarquia extrema e o último a dominação estranha. Aquêles, no país da produção decadente e da miséria, seria ajudado pelos mesmos que honraram Portugal nas Flandres e que trouxeram de lá um belo poder de alma ainda não aproveitado para bons fins.

Mas pela terceira vez estamos numa conjuntura que, exactamente adiante do poço fundo e tenebroso de Nun'Alvares, onde é mister saltar, nos deixa ver um alto destino certo. Estamos como quando, para dar vasaõ ao génio vivo da raça, o rei de Boa Memória o levava a Ceuta, rico empório. Estamos como quando o mais glorioso dos seus ínclitos filhos apontava aos lusos, para o mesmo objectivo, com a fé, a ciência e o patriotismo, o caminho do Oceano. Tudo se repete, de outra forma. Aí temos o nosso território ibérico, onde pode viver, pela evolução nova de aquém e de além mar, uma população três vezes maior, acorde, trabalhadora e feliz. Aí temos o eterno Oceano, onde as marinhas de pequeno vulto, e ainda mesmo as de vela, voltam a ter uma grande função, podendo evolucionar para crescimentos notáveis. Temos Angola, onde há tudo o que é pre-

ciso para se fazer mais um Brasil, ao pé daquela imensa bacia do Zaire, onde o negócio está notavelmente nas mãos dos portugueses. Possuímos ainda Moçambique, onde, com geito e pronto vigor, podemos frustrar as ambições da África do Sul. Está diante de nós o ar infinito e navegável, onde o comércio do Brasil e da África nos pode talvez reservar futuros apreciáveis.

Ninguém terá o exclusivo do universo. Em face de 800 milhões de asiáticos de civilização oriental, valem sempre muito os 680 milhões de árias europeus e americanos. Diante de 160 milhões de escravos, 145 de germanos e 150 de anglo-saxónios, teem sempre fôrça eminente 220 milhões de latinos, compreendidos os neo-gregos romanizados. Dentro dêstes, são já uma quantidade notável os 34 milhões de lusitanos, que possuem grande parte do planeta, e que no fim do século já devem ir muito além de 100 milhões pela ordem natural. Ainda nêsses teem lugar considerável os 9 milhões de portugueses, que há no mundo, e que podem ser dezenas de milhões com certa rapidez. O espírito da civilização moderna e agora o novo direito provocado pela guerra deixam livre o nosso progresso, no meio de todos êstes grupos humanos, se quisermos viver e prosperar. O vizinho do lado não poderá nem quererá então absorver-nos. Por cima dos Pireneus e dêle ninguém cá poderá vir avassalar-nos. Pelo mar ninguém poderá fazer desta praia uma colônia, porque toda a Europa é de si mesma.

A nossa maior habilidade estará em criar finalmente na metrópole o máximo de sciência, de educação, de agricultura, de indústria, de comércio, de navegação, de riqueza, enquanto nos estão ligadas as nossas grandes possessões de África: onde, quasi contraditóriamente, seremos forçados a lançar uma boa parte dos nossos recursos, o que exige boa

medida distributiva em tudo. Então, quando elas se emanciparem, estaremos seguros. Teremos, pela nossa própria economia, condições para sermos sempre uma nação, á ilharga da Espanha. Todo o nosso último problema histórico está aí.

Como se poderá finalmente resolvê-lo? Como se poderá empreender e executar a obra inteira, teóricamente fácil, pela abundância das condições materiais e jurídicas para ela, apesar da nossa grande ruína, praticamente difícil, pela nossa desorganização espiritual? Só com a fé patriótica, a solidariedade, o ardor, a aplicação, a actividade sciente e resoluta, que façam agora na política, na administração, na imprensa, na economia nacional e na colonização, aquilo que esteja continuamente em harmonia com êsse mesmo destino certo da nação portuguesa. Foi dêsse modo que nas duas primeiras vezes marcharam para o êxito feliz os que a fizeram e a consolidaram e a ligaram com os fins da humanidade. Mas, ainda assim, não foi isso possível sem um escol dirigente, que tinha em si mesmo ao serviço dos altos desígnios a inteligência clara, o coração nobre, a vontade forte, o exemplo vivo, o poder moral de fazer luz na treva, juntar e mover. Mais do que nunca estamos hoje diante dessa necessidade, com urgência extrema.

Dois portugueses de velha têmpera, Cabral e Coutinho, acabam de ir, memoravelmente, com todos êsses primores de espírito, para um fim certo, bem estudados os meios. Se em todos os nossos teatros de acção conseguirmos proceder de maneira análoga, até onde chegarem as faculdades de cada um, passaremos logo por cima do abismo, fazendo a nossa última grandeza.

QUIRINO DE JESUS